



GOVERNO DE
CABO VERDE



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG



Catálogo de Boas Práticas

de Desenvolvimento
Local em Cabo Verde

Programa Plataformas Locais para os Objetivos 2030, financiado pelo Grão-Ducado do Luxemburgo, com a participação da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos.

Agradecimentos

A possibilidade de partilhar convosco este Guia de Boas Práticas de Desenvolvimento Local em Cabo Verde, demanda que estendamos os agradecimentos, encarecidamente, à Diretora da Unidade de Desenvolvimento Local/Conselheira do Primeiro Ministro e Presidente da Comissão Nacional Organizadora do IV Fórum Mundial de Desenvolvimento Económico Local, Francisca Inês dos Santos, ao Presidente da Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos (ANMCV), Manuel Pina, ao Assessor do Presidente da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos, Salomão Furtado, à Senhora Artemisa Monteiro, à Representante Residente das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson-Golinski, e à Representante Residente Adjunta, Senhora Ilaria Carnevali.

O processo de elaboração e apresentação deste Guia foi possível graças ao apoio financeiro do Grão-Ducado do Luxemburgo, especialmente à Encarregada de Negócios, Angèle da Cruz, e ao Encarregado de Programas, Jorge Wahnnon.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local está concebido não como a expressão do trabalho solitário de um município ou de uma comunidade, mas como a interação e a articulação dos atores de um território com uma visão comum de desenvolvimento.

O desenvolvimento local também não é isolamento. Quer dizer, é local, mas exige igualmente capacidade local para se articular com as políticas nacionais que têm repercussão na comunidade.

Finalmente, quando são criadas parcerias entre localidades de países diferentes, mas que partilham problemas e soluções locais, o local traz consigo repercussão internacional. Também é certo que, caso se leve os desafios locais à arena internacional em busca de soluções que funcionem em diferentes partes do Planeta Terra e que podem ser implementadas em pequenas localidades, o local adquire cariz internacional.

Em Cabo Verde o local é hoje visto como o cenário onde a democracia é mais visível. O Presidente da Câmara Municipal é mais um cidadão, que desfruta dos mesmos benefícios do desenvolvimento e é afetado pelos mesmos problemas quotidianos que prejudicam os outros cidadãos.

Desde há vários anos, Cabo Verde é um País de Rendimento Médio, estatuto que conduziu à alteração da forma de participação da cooperação internacional nos projetos de desenvolvimento do país. A falta de fundos é, às vezes, um incentivo

positivo para se ser mais criativo e para se procurar maiores e melhores resultados, com menos recursos.

As ONG, as delegações locais, o setor privado, a cooperação descentralizada, os centros de formação, as organizações comunitárias que funcionam sob a liderança das câmaras municipais, têm protagonizado nos últimos anos exemplos de inovação e criatividade para abordar os problemas do desenvolvimento local.

O presente guia pretende ser um documento que dá visibilidade a essas inovações e à capacidade dos cabo-verdianos de tornarem reais alguns sonhos locais. As ilhas e os municípios reorganizam-se, pensam e agem com os seus atores locais para, com a ajuda de sócios internacionais, alcançarem marcos nacionais.

Assim, este guia apresenta 22 boas práticas identificadas nos 22 municípios de Cabo Verde. Algumas são de cariz intermunicipal, em que os municípios buscam associar-se para resolverem juntos objetivos comuns, outras têm um cunho de desenvolvimento económico, social, meio ambiental. Outras assumem ainda a forma de serviços, parcerias, colaborações público-privadas. Em suma, constituem uma paleta interessante e completa de cores que define a diversidade das ilhas cabo-verdianas.

O presente guia pretende, por um lado, valorizar o que se faz em Cabo Verde a nível local, e, por outro lado, ser um instrumento útil, tanto para os municípios cabo-verdianos como também para outros países, e ser uma fonte inspiradora do bom fazer e de boas práticas baseados no intercâmbio e na cooperação mútua.

A seleção das 22 boas práticas foi um processo difícil, pois implicava deixar muitas para trás. Felizmente, dado

o meritório esforço dos municípios, está prevista para 2018 uma segunda edição do guia de boas práticas.

O presente documento contém descrições de projetos classificados como boas práticas porque cumprem com os requisitos de sustentabilidade, impacto e replicabilidade, assim como testemunhos de beneficiários e responsáveis de projetos, algumas propostas de soluções e ainda exemplos de parcerias.

Neste documento encontrarão também uma breve explicação do contexto local das boas práticas nas ilhas e, a seguir, a apresentação de uma boa prática por cada município.

Os contatos e detalhes técnicos sobre cada uma das práticas encontram-se no CD - Rom que acompanha o catálogo. Através dos mesmos poderá comunicar com os responsáveis por essas boas práticas e, desta forma, conhecer o *know-how* e a experiência necessários para implementá-las nos seus territórios, aqui ou ali.

Existem ainda muitas boas práticas por divulgar. Deste catálogo não constam todas, mas apenas parte do esforço de cada município para promover o desenvolvimento local.

Agradecemos a todos os que participaram na realização deste documento. Ao leitor desejamos que descubra algum exemplo replicável no seu território.

Finalmente, este guia é fruto do esforço dos municípios cabo-verdianos, da Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos, da Unidade de Desenvolvimento Local do Gabinete do Primeiro Ministro e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Programa Plataformas Locais para os Objetivos 2030, financiado pelo Grão Ducado do Luxemburgo.

BOA VISTA

A ilha da Boa Vista apresenta um desenvolvimento turístico enorme. Contudo, a massificação do turismo não se fez em paralelo com o desenvolvimento humano da população da ilha, que trabalha principalmente no setor turístico.

A ilha tem uma população flutuante de cerca de 12 mil habitantes, número que cresce exponencialmente na época alta do turismo. Atualmente, a indústria do turismo está em expansão, mas as infraestruturas turísticas e as acessibilidades disponíveis ainda não permitem explorar as suas imensas riquezas.



Promoção do Empreendedorismo

O Gabinete de Empreendedorismo, denominado Fundo de Financiamento de Actividades Geradoras de Rendimento - FAAGER, foi criado pela Câmara Municipal da Boa Vista e pelo Fundo de Financiamento Municipal com o objetivo de facilitar o acesso dos jovens a mecanismos céleres de financiamento. A necessidade foi identificada após o *boom* de crescimento turístico que ocorreu na ilha da Boa Vista, motivado pela abertura do aeroporto internacional, em 2007. Neste sentido, a autarquia identificou não só uma oportunidade de investimento, como também uma oportunidade de apoiar os jovens e setores da população que estavam excluídos do circuito económico ou em condições de subemprego, mas demonstravam grande interesse, vontade e visão para empreender.

O FAAGER organiza ações de formação destinadas aos promotores dos projetos, em particular nas áreas de elaboração, seguimento e avaliação, empreendedorismo e gestão de pequenos negócios. Os pedidos de financiamento

são feitos diretamente aos bancos.

A Comissão de Avaliação de Projetos tem que aprovar as demandas, cabendo a decisão final às Instituições financeiras. O processo de identificação dos projetos é conduzido pelos promotores, a título individual ou de forma coletiva, não podendo os pedidos serem feitos por grupos formados por mais de 4 pessoas.

A Câmara Municipal faz o seguimento das atividades geradoras de rendimento, utilizando as fichas constantes do Manual do FAAGER. Ou seja, esta prática não se limita a disponibilizar financiamento, mas acompanha o desenrolar mensal das atividades, tendo em conta o impacto que estas têm no rendimento individual ou coletivo dos promotores.

Assim, o referido gabinete presta todo o apoio aos jovens que pretendem iniciar ou que já possuem algum negócio. Ao longo do ano o gabinete desenvolve uma série de atividades em parceria com a Escola Secundária da Boa Vista, associações locais e a Pro-Empresa.

Boas Práticas do projeto

Ações diretas de apoio técnico aos jovens e financiamento; compromisso de seguimento de projetos quer na fase de implementação quer no acompanhamento do negócio. Compromisso de apoiar mulheres chefes de família para poderem melhorar a sua condição de vida; facilitação da integração económica e social das pessoas desempregadas; ações diretas de reforço das iniciativas locais de emprego, promoção do autoemprego, compromisso com projetos de associações comunitárias e contribuição para o desenvolvimento das suas comunidades; incidência indireta em outros sectores da economia local; valorização dos recursos locais, tanto humanos como materiais, compromisso com projetos de impacto ambiental positivo.

Beneficiários

No total são 37 beneficiários, sendo 35 particulares e duas pequenas empresas (um aviário e uma empresa de electricidade). Entre os beneficiários estão alunos da Escola Secundária da Boa Vista, jovens que pretendiam alargar ou ter o seu próprio negócio, acedendo desta forma ao mercado de trabalho, mulheres chefes de família, a própria Câmara Municipal da Boa Vista e a instituição bancária que é parceira do projeto, o BCN.

ORÇAMENTO

100.000 CVE

Fundo de
Financiamento
Municipal

**100.000 CVE
Anual**

Prémio Jovem
Empreendedor

**100.000 CVE
Anual**

Prémio Ideia de
Negócio Criativa e
inovadora

65.194 CVE

Vencimento mensal de cada técnico
2 Técnicos contratados
para trabalhar no Ga-
binete

150.000 CVE

Gala Municipal
do Empreende-
dorismo

100.000 CVE

Fórum Mu-
nicipal do
Empreendedo-
rismo

Duração: 5 anos renováveis, desde 2009.

Resultados

35 jovens foram beneficiados com o fundo;

Houve expansão de empresas através do fundo e conseqüentemente maior crescimento económico;

3 jovens foram beneficiados com o Prémio Jovem Empreendedor;

3 alunas do Liceu foram beneficiadas com o Prémio Ideias de Negócio Criativas e Inovadoras;

6 empresas da ilha foram distinguidas durante a Gala do Empreendedorismo;

Através do Fundo de Financiamento Municipal foram financiados 35 projetos em diversas áreas:

- 5 na área das pescas;
- 12 na área de comércio;
- 4 para criação e expansão de aviários;
- 2 para expansão de carpintarias;
- 1 na área de aluguer de viaturas;
- 1 na área de restauração;
- 4 na área de agricultura;
- 3 na área de pecuária;
- 1 para expansão de uma empresa de eletricidade;
- 1 para abertura de uma boutique;
- 1 para abertura de um bar;

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

O Fundo de Financiamento Municipal permitiu o financiamento de projetos de pesca, agricultura, comércio e criação de aviários em aldeias do interior da ilha, permitindo a abertura de postos de trabalho, valorizando os recursos locais humanos e materiais e contribuindo, desta maneira, para o desenvolvimento das comunidades.

As práticas promovidas pelos projetos financiados com o Fundo respeitam o meio ambiente, possibilitando um impacto sempre positivo sobre este. No âmbito da igualdade de género, o Fundo também apoia mulheres chefes de família, empoderando-as e melhorando a sua condição de vida.

Ao promover e apoiar iniciativas locais de emprego e fomentar o autoemprego, o Fundo promoveu a integração económica e social de pessoas desempregadas, revitalizando, ao mesmo tempo, diversos setores da economia.

Replicabilidade

O projeto pode ser replicado em todas as ilhas de Cabo Verde, visto que, apesar das diferenças e particularidades de cada uma, todas têm potencial turístico. No entanto, devido às semelhanças geográficas e às perspetivas turísticas, as ilhas do Maio e do Sal têm maior probabilidade de obter sucesso, a curto prazo.

A criação do Gabinete de Empreendedorismo, do Fundo Municipal de Atividades Geradoras de Rendimento e de todas as atividades desenvolvidas pelo gabinete podem ser replicadas em outros municípios do país, podendo beneficiar o empreendedorismo, as condições de vida das populações e o desenvolvimento económico do território.

Parcerias

Associação Varandinha de Povoação Velha, Associação dos Artesãos da Boa Vista, Escola Secundária da Boa Vista, Escola do Bairro da Boa Esperança, Pró-Empresa (Agência de Desenvolvimento Empresarial), delegações municipais, centros de juventude (Centro de Juventude de Sal Rei e centros de juventude de todas as aldeias da ilha).

BRAVA

Situada no grupo de ilhas de Sotavento, Brava é a mais pequena ilha do país e tem um único concelho, cuja população total ronda os 7 mil habitantes. Irmanada com a ilha do Fogo, Brava é conhecida como a ilha das flores. De origem vulcânica, como as restantes ilhas do arquipélago, tem um solo muito rico e apropriado para a agricultura e a pecuária. A falta de transporte marítimo e aéreo de e para a Brava, remete-a, há décadas, para uma situação de isolamento, que pode entretanto ser revertida.



ÁGUABRAVA

ÁGUABRAVA, Empresa Intermunicipal de Águas do Fogo e da Brava, SA, é uma sociedade anónima que resultou da transformação, em Dezembro de 2011, da sociedade por quotas com a mesma designação e com o mesmo objetivo que tinha sido criada em 2001. Com um capital social de 12 mil contos, integralmente subscrito e realizado, a sociedade tem como acionistas os três municípios da ilha do Fogo (São Filipe, Santa Catarina e Mosteiros) e o município da Brava, e tem como objetivos:

- A gestão e exploração do sistema de produção, armazenamento, transporte e distribuição de água potável para consumo público, doméstico, e industrial;
- O engarrafamento, a distribuição e a venda de água ao público;
- A gestão e a exploração de energias renováveis e alternativas;
- A recolha, o tratamento e a reutilização de águas residuais;
- A recolha e o tratamento de resíduos líquidos e sólidos;
- A prestação de serviços nas respetivas áreas de atividade.

Em linha com a legislação aplicável às sociedades anónimas, constituem órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, composta por acionistas com direito a voto, um Conselho de Administração, composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, e um Conselho Fiscal. A gestão executiva do quotidiano da empresa é atribuída a um Administrador-delegado.

Em termos operacionais, a empresa detém 416kms de condutas de água (315kms no Fogo e 65kms na Brava). A sua produção média diária de água é de 2.450m³, tendo produzido um total de 889.635m³, em 2014. A empresa atende um total de 10.106 clientes (Julho 2015), tendo faturado 501.955m³, em 2014. Nas duas ilhas, totaliza 117 trabalhadores.

No que se refere ao desempenho financeiro, a empresa registava, no final de 2014, um ativo total de 350 mil contos, dos quais, 234,1 mil contos de ativos fixos. A faturação alcançou os 109,3 mil contos no mesmo ano, valor abaixo dos encargos operacionais registados no mesmo ano (153,4 mil contos), o que contribuiu para um resultado líquido negativo de -7,8 mil contos no período.

MAIO

Maio possui um único município do mesmo nome, cuja capital é a Cidade do Porto Inglês. Apesar de ser de origem vulcânica, a ilha é hoje uma superfície plana devido à erosão provocada pela ação constante dos ventos alísios. Até o século XX, era uma grande exportadora de sal marinho.

Entre os seus atrativos encontram-se imensas praias de areia dourada e de água cristalina de vários tons de azul, quase inexploradas e com ótimas condições para a prática de desportos náuticos e aquáticos. Maio possui ainda grande potencial para a pesca e a agricultura, além do turismo.



Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é um instrumento de gestão pública, essencialmente municipal, que permite a participação das comunidades na afetação dos recursos municipais, na definição de prioridades e no seguimento da utilização dos recursos orçamentários, retirando dos poderes (locais e centrais) a exclusividade da decisão sobre como e onde consumir tais recursos. Na opinião de alguns estudiosos, trata-se de um meio de “democratizar a democracia”.

Os defensores deste modelo afirmam que a participação dos cidadãos na gestão pública da coisa pública apenas de quatro em quatro anos, e através de atos eleitorais, é insuficiente para influenciarem o rumo dos acontecimentos que, afinal, moldam definitiva e quotidianamente as suas vidas, daí proporem que à democracia representativa se some a democracia direta.

Conforme este modelo de gestão pública, além de escolher os seus representantes, os cidadãos são parte da discussão e influenciam o curso dos acontecimentos, ou seja, oferece a possibilidade das pessoas comuns de participarem no debate sobre um dos mais importantes instrumentos da política pública, que é o orçamento.

Nesta perspetiva, o Governo de Cabo Verde, no seu programa de governação para a presente legislatura, dá ênfase à devolução de poderes aos cidadãos, às organizações da sociedade civil, às comunidades e ao setor privado e empresas, sempre que podem fazer melhor do que o Estado.

A Câmara Municipal do Maio, enquadrada nesta perspetiva, optou por um orçamento participativo como forma de engajar os munícipes de todos os povoados no processo de desenvolvimento local. Tal processo permite não só a adequação da política pública aos anseios e necessidades da população local, como também conduz a uma maior responsabilização dos próprios munícipes na gestão da coisa pública e a uma melhor racionalização dos poucos recursos humanos, financeiros e materiais existentes.

Boas Práticas do Projeto

- Forte adesão da população de toda a ilha;
- Grande interação entre o Poder Local e as comunidades;
- Cabal conhecimento das comunidades sobre as necessidades locais;
- Grande engajamento das comunidades na definição das suas prioridades;

Beneficiários

Os povoados, através da materialização das medidas propostas no Orçamento Participativo.

Orçamento: 52.645.912\$00

Duração: Os encontros comunitários para recolha de informações sobre as necessidades locais e a consequente definição das prioridades aconteceram durante um período de dois anos, tendo sido cinco povoados abrangidos em 2014, e os restantes em 2015.



Resultados

- Bairros e povoados requalificados;
- Acesso à água;
- Geração de emprego público;
- Melhoria da infraestrutura de ensino

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Geração de emprego público;
- Melhoria no sistema de abastecimento de água dessalinizada;
- Maior engajamento da população no processo de desenvolvimento local.

Replicabilidade

Este modelo de gestão da coisa pública pode ser replicado em qualquer município do país, pois é bem aceite pela população, pelas seguintes razões:

- O envolvimento dos cidadãos no processo de desenvolvimento da comunidade a que pertencem é, de fato, real, o que faz com que se sintam realmente importantes pelo papel que desempenham;
- Por estarem envolvidos, os cidadãos comprometem-se a valorizar o “investimento público” feito em obras, as ações e iniciativas que, no fundo, foram também escolha sua;
- Os cidadãos podem contribuir para a melhoria do relacionamento entre políticos e sociedade civil, desde que os primeiros cumpram o que acordarem em reuniões comunitárias, daí ser este um modelo de gestão pública que incentiva maior responsabilidade por parte dos atores políticos.

Parcerias

- Direção-Geral de Descentralização e Administração Local (DGDAL);
- União Europeia (UE);
- Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF);
- Câmara Municipal de Loures (CML).



FOGO

No decurso do ano 2014, a ilha do Fogo foi abalada por mais uma erupção vulcânica, a qual afetou o seu desenvolvimento. Várias iniciativas foram montadas para ajudar a garantir a recuperação da população afetada por este fenómeno natural, resultando num conjunto de boas práticas que tanto promovem o desenvolvimento local como o aumento da capacidade de resiliência dos seus habitantes face às consequências da erupção vulcânica.



Santa Catarina: Cooperativa de Vinho de Chã das Caldeiras

A partir de 1998, com o apoio técnico-financeiro da Cooperação Italiana e da ONG COSPE (Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes), em parceria com a Associação dos Agricultores de Chã das Caldeiras, a produção de vinho e o cultivo de videiras cresceram quantitativamente e qualitativamente.

A potencialidade de produção de vinho tem a ver com o clima do território (seco e quente) e as oscilações térmicas entre o dia e a noite e entre a estação quente e a estação fria, assim como com as muitas horas de sol durante o ciclo vegetativo e o solo vulcânico fértil. Num ano de precipitação normal a produção é boa e de qualidade ótima,

com uma considerável gradação de açúcar. O projeto de desenvolvimento de fruticultura em Cabo Verde, financiado pela Cooperação Italiana em parceria com o Ministério da Agricultura, construiu nos anos 90 a Adega/Cooperativa de Chã das Caldeiras, que, atualmente, produz os vinhos “Chã”. Em 1998, iniciou a produção de vinho branco; em 2003, o rosé; e, desde 2005, o vinho doce produzido com uva passa, chamado “Passito”. Para aproveitar o bagaço das uvas, a mesma adega produz um destilado, “Bagaceira”, e um destilado enriquecido com ervas digestivas endémicas da região de Chã das Caldeiras.

Na zona de Achada Grande criou-se a Adega Sodade, com a ajuda dos projetos “Apoio às comunidades da ilha do Fogo para a valorização dos recursos naturais e produtos locais”, financiado pela Cooperação Italiana (Ministério dos Negócios Estrangeiros), e “Apoio à produção do vinho na ilha do Fogo”, co-financiado pela União Europeia. Ambos foram executados

pela COSPE, em parceria com a Associação dos Agricultores de Chã das Caldeiras, a Câmara Municipal de Santa Catarina, o Ministério da Agricultura, a Associação dos Agricultores de Achada Grande, a Câmara Municipal dos Mosteiros e o Parque Natural de Fogo.

Não obstante a última erupção vulcânica, que destruiu o trabalho de muitos anos, a produção de vinho não parou. Neste momento, numa adega provisória, os sócios dão continuidade ao processo de vinificação, o que impede que comprometam drasticamente a sua condição económica. Obviamente, em 2015, ano em que a erupção iniciada em 2014 ainda lavrava em Chã das Caldeiras, a produção do vinho baixou.

Antes da erupção vulcânica, a produção do vinho estimava-se em 110.000 garrafas. Este ano, 2017, prevê-se que atingirá as cerca de 80.000 garrafas. A expectativa é de que, com a construção da adega nova, voltar-se-á a igualar a produção anterior à produtividade de 2015.

Boas Práticas do Projeto

A experiência de Chã das Caldeiras representa um processo muito lento e duradouro, o qual permitiu a uma comunidade inteira criar um negócio profissional cujos produtos representam hoje a identidade da ilha do Fogo.

A Adega/Cooperativa de Chã das Caldeiras continua a investir em equipamentos e na capacitação dos viticultores e dos sócios a fim de que estejam habilitados a cuidar das próprias uvas e, consequentemente, garantir um produto ótimo.

Resultados

Uma adega criada e operativa de produção do vinho (110.000 garrafas por ano); 1 cooperativa criada (107 sócios, 40 % mulheres); aumento da rentabilidade da comunidade de Chã das Caldeiras; aquisição de novos equipamentos e de assistência técnica, financiamento pela União Europeia com execução da ONG italiana, COSPE.

Beneficiários

A Associação dos Agricultores é formada por 107 sócios, sendo 40 % mulheres chefes de família. No início, eram apenas oito sócios, que, com sacrifício e empenho, trabalharam para conseguir aumentar o número de associados, representando cada membro uma família de Chã das Caldeiras. Em termos gerais, a Comunidade de Chã das Caldeiras é a beneficiária principal do projeto, mas também o são os operadores turísticos e comerciais do Fogo, assim como as instituições públicas.

Orçamento

176.802.555,11CVE de financiamento estrangeiro

11.050.177,79CVE de financiamento local e nacional

Duração: desde 1998



Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

O cultivo de videiras é hoje o maior sucesso da agricultura em Chã das Caldeiras. A qualidade do vinho melhorou e o volume de produção conheceu ao longo dos anos um crescimento exponencial. A produção do vinho chegou a ser a atividade económica mais importante da localidade, envolvendo jovens e adultos, homens e mulheres. Melhoraram, assim, as condições de vida da população, o que ajudou a incrementar o nível escolar dos adolescentes e crianças e a melhorar a qualidade de vida das mulheres. A especificidade das tarefas das mulheres, que se ocupam do engarrafamento e da rotulagem, teve reflexo imediato na sua autonomia económica e, conseqüentemente, na promoção da equidade e da igualdade entre géneros.



Replicabilidade

Numa realidade pequena como a da ilha do Fogo, a implementação do modelo cooperativo demonstra ser o único fator viável para se atingir resultados económicos visíveis e duradouros no tempo. Um dos pontos fortes foi a atitude dos agricultores, que reconheceram a importância da parceria que, sendo forte e sólida, permitiu a execução dos projetos nos anos 90 e na primeira década de 2000.

Partindo do mesmo modelo, a próxima etapa será a transformação de frutas, que representa mais um desafio para a comunidade de Chã das Caldeiras e da ilha do Fogo.

Parcerias

COSPE (Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes); Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano; União Europeia; Ministério da Agricultura e Ambiente; Câmara Municipal de Santa Catarina; Câmara Municipal dos Mosteiros, Associação dos Agricultores de Chã das Caldeiras, Associação dos Agricultores de Achada Grande, Parque Natural do Fogo.

Mosteiros: Coffee Spirit Lda.

O Coffee Spirit é um projeto privado iniciado em 2012, com sede no concelho dos Mosteiros, em parceria com a Associação Pró-Café. O objetivo deste projeto é a transformação de café orgânico para posterior comercialização tanto no mercado interno como no mercado externo.

Boas Práticas do Projeto

- Produção orgânica do café selecionado
- Expansão da área de cultivo com novas plantas
- Compromisso de prestar apoio técnico aos agricultores e produtores através da produção e utilização de adubos orgânicos.

Beneficiários

Parceiros, produtores e agricultores locais, comunidade local. Em termos gerais, a Ilha do Fogo, no seu conjunto, também é beneficiária, assim como todo Cabo Verde, tendo em conta que se trata de uma marca com visão de futuro, que é exportada para o mercado internacional, com selo de qualidade.

Orçamento

60.000.000,00 CVE (aproximadamente)

Duração: Iniciou-se em 2012 e continua vigente até a atualidade.

Resultados

- Expansão da área de cultivo do café;
- Aumento da produção do café;
- Formação de agricultores/produtores de café em tratamento dos cultivos e pragas.
- Melhoria do sistema de colheita e secagem das cerejas;
- Montagem da linha de transformação na antiga fábrica do café
- Montagem da máquina de debulho: Zona Paio António e Cutelo Alto
- Exportação de amostras para a Europa: 180 kg para clientes da Trabocca, 900 kg para feiras em Tóquio, no Japão, etc.

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Criação de emprego, sobretudo para mulheres chefes de família;
- Melhoria da capacidade aquisitiva das famílias beneficiárias, dos meios de vida das famílias e das possibilidades de vida saudável;
- Diminuição do mal-estar social na comunidade graças à ocupação laboral;
- Melhoria da capacidade técnica das mulheres, que passaram a estar mais habilitadas para desempenhar as suas diferentes funções na sociedade.

Parcerias

- Investidor externo (Trabocca BV)
- Investidor nacional (Capital Consulting)
- Associação Pró-Café.



SÃO FILIPE: Suifogo

Tipo de entidade: Privada

Âmbito: Agroindustrial

Contexto

Existe no mercado nacional uma grande necessidade de carne de qualidade e seus derivados, que é habitualmente suprida através da importação. Entretanto, a ilha do Fogo possui um elevado número de animais, sobretudo suínos e bovinos. Perante este cenário, Manuel Mendes decidiu criar a SUIFOGO. A empresa, que aposta no abate e comercialização de carnes de suínos e bovinos e seus derivados, nomeadamente hambúrguer e linguiça, prepara-se para lançar no mercado o chouriço corrente.

Inicialmente, a maior parte da produção era destinada ao mercado da cidade da Praia, através de uma rede de supermercados, residenciais e hotéis com os quais a SUIFOGO estabeleceu parcerias. Atualmente, 60 por cento da produção, estimada em cerca de duas toneladas/mês, é comercializada no mercado de São Filipe.

Segundo o gestor, devido à grande aceitação dos produtos da empresa no mercado (São Filipe e Praia), derivado da sua alta qualidade, a SUIFOGO pretende aumentar a sua capacidade produtiva e conquistar novos mercados, concretamente os das ilhas do Sal e da Boa Vista, para onde só envia produtos pontualmente.

Para já, graças aos acordos celebrados com a unidade de produção de queijo de Cutelo Capado e com a Cooperativa Paladar, a SUIFOGO irá alargar a sua área de negócios, iniciando a comercialização de queijo pasteurizado e de doces e geleias à base de frutas e legumes.

Numa primeira etapa, o queijo será comercializado no mercado nacional (Praia e São Filipe) a um preço competitivo, aliando à qualidade do produto a boa apresentação. No futuro, este produto deverá chegar aos mercados turísticos do Sal e da Boa Vista.

A unidade de produção de queijo, que está devidamente equipada e que recentemente foi eletrificada com recurso a energias renováveis, neste caso energia solar, tem capacidade para produzir 270 queijos/dia, mas numa primeira fase irá produzir apenas 160 queijos/dia, uma média de mil queijos por semana.

A comercialização dos produtos da Cooperativa Paladar também acontecerá em breve, estando a SUIFOGO apenas à espera das embalagens e de outros materiais indispensáveis para poder colocá-los no mercado nas melhores condições possíveis.

Boas Práticas do Projeto

Envolvência da comunidade pastoril e agrícola, criação de emprego; melhoria do nível de vida dos associados e envolvidos.

Orçamento Entre 1 a 2 milhões de escudos (conforme necessidade e possibilidade de aquisição de equipamentos)

Duração: longa duração



Resultados

- Envolvimento da comunidade;
- Melhoria do nível de vida dos produtores e das suas famílias;
- Dinamização da economia local;
- Aumento de postos de trabalho decentes para mulheres e homens;
- Criação de uma rede de serviços que abarca a produção ganadera, a transformação leiteira, a produção manufactureira, o transporte local e nacional;
- Melhoria das condições habitacionais das famílias ligadas à cooperativa;
- Criação da denominação de origem da marca local de produção de queijo.

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- Melhoria do nível de vida;
- Disponibilidade de recursos financeiros por parte dos criadores para investirem na educação dos filhos;
- Produção de queijo ecologicamente testado, com níveis de qualidade que permitem preservar o meio ambiente;

Replicabilidade

Pode ser aplicado em qualquer região desde que haja condições para tal, nomeadamente recursos humanos com conhecimento na área.

As áreas da cooperativa foram aumentando paulatinamente.

Vários territórios cabo-verdianos mostram interesse em apostar neste produto de tão alta qualidade, que pode ser concebido em condições de pouca água e clima extremo.

Parcerias: Sócios particulares associados à cooperativa

SANTIAGO

Santiago é a ilha de Cabo Verde que possui mais municípios (nove, no total), abraçando a capital do País, a cidade da Praia.

Santiago é um mural de diversidade, com enorme potencial económico e turístico e em outras áreas, ainda por explorar, como o desenvolvimento de serviços culturais e comunitários.

As boas práticas nesta ilha refletem a diversidade e a riqueza de atores que enformam o panorama local, abarcando vários casos de sucesso - mais de 34 -, motivo pelo qual a seleção não foi simples. Diante disto, optou-se por apresentar aqui um estudo de caso por cada município.



Praia: Policiamento Comunitário

O projeto de Policiamento Comunitário surgiu num contexto de parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara Municipal da Praia. No quadro desta colaboração, durante duas semanas agentes da Guarda Municipal da capital cabo-verdiana receberam formação, que foi ministrada por técnicos da Polícia Municipal de Lisboa.

Policiamento Comunitário é um novo modelo de policiamento, que faz com que os cidadãos participem ativamente na resolução dos problemas comunitários, enquadrando-se, desta forma, no reforço da segurança urbana. Só uma parceria forte, baseada na confiança entre os agentes de segurança, as associações comunitárias e a comunidade, permitirá que se encontre solução para os problemas de segurança que afetam a cidade da Praia.

Boas Práticas do Projeto

- Campanhas de limpeza;
- Conversas abertas sobre os problemas comunitários;
- Visitas diárias aos idosos, doentes e escolas no bairro de Castelão;
- Feira de Saúde;
- Entrega de cestas básicas às famílias carenciadas;
- Campanha de sensibilização sobre as doenças zoonóticas;

Beneficiários

- Comunidade de Castelão;
- 9 Famílias receberam lotes de terreno, além do respetivo projeto de arquitetura e do cálculo de estabilidade;
- Jovens do bairro de Castelão receberam materiais para a construção de uma zona de Street Basket;
- Moradores com alguma vulnerabilidade a nível alimentar, foram beneficiados com cestas básicas;
- Crianças do bairro de Coqueiro receberam exemplares do Código de Postura Municipal durante as colónias de férias;
- Vendedeiras ambulantes de Castelão participaram numa formação sobre métodos e técnicas de manuseamento de alimentos.

Orçamento 100.000\$00

Duração: O projeto começou no mês de Outubro de 2016 no bairro de Castelão;

Resultados

- Betonagem de 3 moradias;
- Entrega de 9 lotes e projetos de arquitetura e cálculo de estabilidade;
- Construção de uma área de Street Basket;

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- A mudança de comportamento na comunidade é visível, pois qualquer problema comunitário é resolvido em conjunto;
- A proteção do meio ambiente é notável;
- Observa-se uma relação de maior aproximação e confiança entre os agentes da Guarda Municipal, a Associação Comunitária e a Comunidade;
- A comunidade sente-se mais forte e mais saudável;

Replicabilidade

O projeto de Policiamento Comunitário já foi apresentado no bairro de Tira Chapeú, onde, neste momento, dá os primeiros passos. Trata-se, entretanto, de um projeto que pode ser replicado em qualquer outro território, pois o investimento é mínimo, mas estimula o engajamento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade.



Parcerias

Associação Comunitária de Castelão;
Comando da Esquadra de Achada de São Felipe; ONG-OLMI; Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente; Escola do EBI; Centro de Dia; Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA); VERDEFAM; Proteção Civil; Associação SAFENDE TUDORA; Clínica Beldente.

Ribeira Grande: Cooperativa Sulada Artesanato Alternativo

A Sulada é o nome de uma cooperativa de produção de artesanato e de cosméticos que iniciou a sua atividade em 2008 com o objetivo de melhorar as condições de vida de 50 senhoras que viviam da apanha de areia e de outros inertes na localidade de Gouveia, município da Ribeira Grande de Santiago.

Após a alfabetização dessas senhoras - a primeira ação realizada -, a Sulada promoveu formações em tecelagem, tapeçaria, corte e costura, cosméticos, entre outras, com o apoio da Cooperação Espanhola (ACCVE).

Esta cooperativa está dividida em duas secções: uma de cosmética tradicional e uma de artesanato local. A secção de cosmética produz de forma artesanal um conjunto de produtos baseados em matérias-primas locais, como aloé vera e óleo de “Purgeira”: sabão, gel de banho, sais de banho, sabonete, desodorizantes.

A secção de artesanato produz manualmente bonecas de trapo, pano de terra, carteiras feitas de sisal e pano de terra, cestaria, além de toalhas de mesa e bases para copos.

A Cooperativa possui um quiosque no Largo do Pelourinho, no Centro Histórico de Cidade Velha, onde vende a sua produção. Também é possível agora comprar os produtos da Sulada através de encomenda online: <http://www.cooperativasulada.cv/> e <https://www.facebook.com/search/top/?q=coop%20sulada>

Boas Práticas do Projeto

- A cooperativa produz de forma artesanal um conjunto de produtos baseados em matérias-primas locais, como aloé vera e óleo de “Purgeira”: sabão, gel de banho, sais de banho, sabonete, desodorizantes.
- A cooperativa também produz bonecas de trapo, pano de terra, carteiras feitas de sisal e pano de terra, cestaria, toalhas de mesa e bases para copos.

Beneficiários

50 Senhoras chefes de família que viviam da apanha de areia e de outros inertes na localidade de Gouveia, município da Ribeira Grande de Santiago.

Orçamento 1.000.000\$00

Duração: desde 2008, 9 anos

Resultados

- Eliminar a apanha de areia, contribuindo para a proteção das praias e, em geral, do meio ambiente;
- Promoção do artesanato local;
- Criação de postos de trabalho.

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

Formação nas áreas de artesanato local e produtos cosméticos para 50 mulheres chefes de família que encontravam-se desempregadas e hoje são artesãs talentosas, o que lhes garante um meio de subsistência e um salário para sustentar seus filhos.

Replicabilidade

O projeto pode ser replicado em qualquer outra região, desde que haja matéria-prima local que permita a sua transformação em diferentes produtos, meios humanos com capacidade técnica e uma estrutura de distribuição e venda dos produtos no mercado.

Parcerias

Agência de Cooperação Cabo Verde Espanha (ACCVE), Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Câmara Municipal da Ribeira Grande Santiago, Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), Ministério das Infraestruturas, Habitação e Ordenamento de Território (MIHOT), CITI Habitat, Associação Laço Branco, Fundo Galego, Câmara Municipal da Praia, Vigo, Nações Unidas (PNUD, UNESCO, UNFPA), Andorra, Japão, Ministério da Juventude, Direção Geral do Comércio e Indústria, Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV).



Santa Catarina: Pólo Educativo

Ribeira da Barca é uma vila situada a noroeste da ilha de Santiago, a 16 km de Assomada, capital do seu concelho, Santa Catarina, e a 100 km da capital do país, Praia. Tem 2317 habitantes, que dependem principalmente da pesca e da apanha de areia para

sustentar as suas famílias. Embora não ofereça muitos recursos, a localidade é muitas vezes procurada por turistas, pois possui alguns pontos de interesse como Águas Belas, Angra, Iscada (Ribeira em Cima), Porto, Charco e Achada Leite.

Ribeira da Barca é considerada uma zona pobre, onde jovens e crianças enfrentam muitas dificuldades para dar continuidade aos seus estudos. A fim de combater o abandono escolar e

a reprovação dos alunos, que chegou a ser bastante alta, a Delegação do Ministério da Educação criou um projeto em que os pais/encarregados de educação ajudam a melhorar as condições físicas e pedagógicas na escola, nomeadamente através do financiamento da cantina escolar, contribuindo para que os seus filhos estudem em situação de igualdade com os alunos de outros pólos do concelho e do país.

Boas Práticas do Projeto

O Pólo nº XXII de Ribeira da Barca iniciou no ano lectivo 1999/2000 uma verdadeira revolução educativa que tem tido impactos extraordinários na comunidade local. Para cumprir este desiderato a escola implementou :

- Um modelo de gestão participativa, que delega nas estruturas educativas compostas por pais/encarregados de educação, professores e administração da escola, competências para tomar decisões sobre a vida do pólo;
- Um modelo de gestão centrada na planificação e monitorização das atividades pedagógicas e no uso de uma estrutura orgânica (organigrama) funcional, coadjuvada por uma estrutura burocrática leve e operativa;
- Um leque de projetos inovadores como oficina de aprendizagem e recuperação de alunos com dificuldades de aquisição de conhecimentos, horto escolar em sistema hidropónico, biblioteca, sala multimédia, bebedouros e retroprojetores nas salas de aula, centro de partilha de conhecimentos e decisões pedagógicas (Núcleo Pedagógico).
- Uma gestão rigorosa e transparente dos recursos pecuniários dos pais e encarregados da educação (através de apresentação de balancetes trimestrais) com resultados palpáveis do aumento do nível de confiança dos mesmos na administração.



Beneficiários

Beneficiários Directos: 386 alunos e 22 professores (incluindo a equipa de gestão da escola)

Beneficiários Indirectos: 2317 (a população de Ribeira da Barca)

Orçamento: 750.000\$00

Duração: Desde 1999, 18 anos

Parcerias

CV TELECOM; Pais/Encarregados da Educação; Professores; Bornefundem (em vias de retirada do país); Projeto EBIS, suportado pela Cooperação Austríaca (já extinto); Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar (FICASE)



Resultados

- Aumento de 90% da contribuição dos pais no financiamento da cantina escolar e outras atividades do pólo (de 5% na gestão anterior para 95% na gestão atual);
- Diminuição considerável da taxa de reprovação (de 33% na gestão anterior para menos de 10% na gestão atual);
- Sala de informática equipada (28 computadores);
- Professores motivados e comunidade altamente engajada no sucesso dos alunos;

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- Aumento do nível de confiança dos pais e encarregados de educação na gestão da escola;
- Escola e gestão de referência a nível nacional;
 - Gestor galardoado com medalha de honra de 3º grau pelo ex-Primeiro – Ministro;
 - Escola destacada como Escola-Modelo - «Amiga das Crianças»;
- Escola com prestígio fora do país: Participação no Fórum «Educação Sustentável», organizado pelo Instituto Politécnico de Viana de Castelo, em 2005.

Replicabilidade

Este projeto pode ser replicado em qualquer parte de Cabo Verde e em qualquer outra latitude, desde que haja vontade de inovar e uma liderança com capacidade para inspirar e abrir avenidas de participação na vida escolar.

Santa Cruz: Rede de Saúde Inclusiva

O município de Santa Cruz é, conforme estatísticas oficiais, um dos mais pobres de Cabo Verde, apesar das suas potencialidades económicas nas áreas de agricultura, pesca, pecuária e turismo rural. Perante isto, nos últimos 10 anos, a Câmara Municipal gastou grande parte do seu orçamento no apoio às pessoas mais desfavorecidas, suportando as suas despesas de saúde, habitação social, solicitações fúnebres e alimentação.

Para contrapor esta lógica de funcionamento, a Câmara Municipal de Santa Cruz decidiu promover uma mutualidade de saúde baseada nas poupanças das famílias, que custeia as despesas de saúde e os serviços fúnebres de seus entes queridos, garantindo-lhes a proteção sociofamiliar.

A organização de mutualidade presta dois serviços: i) cuidados primários de saúde, a que se adere por 300\$00,

e sujeito ao pagamento mensal de uma quota de 240\$00; ii) serviços funerários, que cobra uma taxa de inscrição de 1.500\$00 e uma quota mensal de 300\$00.

Nos cuidados primários de saúde, as famílias gozam de vários benefícios: 75% de desconto na compra de medicamentos nas farmácias; 6.000\$00 para até 3 internamentos hospitalares por ano; 2.500\$00 para pequenas cirurgias; 3.000\$00 para transporte de doente até aos estabelecimentos de saúde; cobertura de análises e exames médicos; 19.699\$00 de prémio anual para os sócios que participam assiduamente nas reuniões da mutualidade, com quotas em dia e que angariam para a organização pelo menos dois sócios por ano. Os serviços funerários concedem às famílias até 80.000\$00 por morte, consonante o número de anos de adesão à organização.

A mutualidade tem agora um terceiro serviço, que consiste em oferecer cuidados secundários de saúde traduzidos no apoio às famílias para tratamento em clínicas privadas em casos de longa lista de espera no serviço público.

Boas Práticas do Projeto

- O projeto permitiu uma mudança de mentalidade e de comportamento dos santa-cruzenses, que passaram a assumir o financiamento pleno da sua proteção social e dos seus cuidados de saúde. Por uma quota de 240\$00, cada família beneficia de assistência médica e medicamentosa, entre outros serviços.
- Os recursos camarários antes usados para suportar as despesas funerárias e de saúde dos munícipes agora são usados para financiar projectos de desenvolvimento tais como construção de praças, pracetas, calcetamento de ruas, requalificação de ruas, melhoria da iluminação pública, requalificação de equipamentos desportivos, entre outros.
- As famílias do concelho passaram a considerar o dinheiro gasto em cuidados de saúde não como despesa, mas com um investimento.
- A solidariedade ganhou foco e importância no seio dos membros da mutualidade.

Beneficiários

Neste momento, 604 famílias de Santa Cruz são beneficiadas através deste projeto de mutualidade, o qual integra uma grande rede mutualista que abarca toda a ilha de Santiago, congregando mais de cinco mil famílias. Em Santa Cruz, a mutualidade também integra os prestadores de serviços camarários que não têm cobertura através do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

No entanto, a maior beneficiária é a Câmara Municipal de Santa Cruz, que agora não tem de assumir as despesas de saúde e de serviços funerários das famílias carenciadas do concelho, o que lhe permite fazer investimentos em outros projetos municipais.

Orçamento

É uma rede que conta com mais de 5 mil famílias inscritas, cuja contribuição é de 240\$00 por mês

Duração: iniciou-se em novembro de 2015; indefinida.

Resultados

- 607 famílias em Santa Cruz, e cerca de cinco mil famílias em toda a ilha de Santiago, estão agora protegidas com segurança social, dispondo de cuidados de saúde e funerários.
- As mesmas famílias foram educadas sobre a importância e os benefícios que uma organização mutualista pode oferecer aos seus associados.
- O município de Santa Cruz canaliza os recursos do seu orçamento que antes usava para assistir os munícipes em caso de doença ou morte na família, para outros projetos comunitários.



Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

A mutualidade tem um impacto positivo em alguns elementos do desenvolvimento humano, tais como:

- O ato de poupança das famílias para investimento em saúde familiar ajudou a melhorar a economia dos cuidados;
- A potencialização da mudança de comportamentos e de atitudes para com a vida familiar e comunitária;
- A promoção da solidariedade como um bem maior e um património que enriquece o espírito pessoal e familiar para o desenvolvimento local.



Replicabilidade

Pode ser desenvolvido em qualquer comunidade e para qualquer classe social, pois exige apenas capacidade de organização.

Parcerias

Fórum Cooperativo, Mutualidade de Santiago e Maio.

São Domingos: Projeto Piloto - Casa Ecológica COB

A habitação social afigura-se como um dos principais problemas para as famílias de baixa renda e, conseqüentemente, para as autoridades locais e centrais. Por outro lado, há em Cabo Verde um número considerável de jovens formados, mas desempregados.

Assim, aproveitando a presença de uma formadora norte-americana no país, a Câmara Municipal de São Domingos promoveu uma formação prática em construção de casas ecológicas, baseada na substituição dos materiais tradicionalmente usados em Cabo Verde pelo COB, matéria prima que é à prova de fogo e altamente resistente a abalos sísmicos, composta por argila, areia e palha.

Boas Práticas do Projeto

- Construção amiga do ambiente:
 - Não usa cimento nem ferro;
 - Usa areia em quantidades muito reduzidas;
 - Constitui uma forma de reciclar resíduos sólidos (garrafas PET e de vidro).
- Capacitação de jovens para intervenção no mercado nessa área, exigindo apenas a contratação de um (a) engenheiro (a) do ambiente, um professor, um arquiteto, um canalizador, um electricista, um carpinteiro e dois pedreiros.
- Redução significativa dos custos de construção de uma moradia.

Beneficiários

- 8 (oito) profissionais capacitados para o exercício da técnica de construção em COB – Uma engenheira ambiental, um professor, um arquiteto, um canalizador, um electricista, um carpinteiro, dois pedreiros.
- Entidades ligadas à preservação e conservação ambiental.
- A comunidade local, que pode beneficiar de habitação social em COB, mais barata e amiga do ambiente.

Orçamento 2.200.000\$00

Duração: iniciou-se a 4 de julho de 2016.

Resultados

- Uma casa ecológica construída que alberga uma família e recebe visitas permanentes de turistas para participação em atividades ligadas ao ambiente e ao ecoturismo;
 - Plantas ornamentais, endémicas e aromáticas;
 - Floricultura;
 - Fruticultura;
 - Restauração (por implementar);
 - Hospedagem familiar (por implementar);
- Um grupo de 8 (oito) profissionais capacitados para replicarem o projeto;

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Geração de auto-empregos;
- Resolução do problema de habitação social no meio rural para famílias de baixa renda;
- Possibilidade de captação direta dos benefícios do turismo pelas famílias (visitas, restauração, hospedagem familiar em bangalôs feitos de COB, etc.).

Replicabilidade

Tendo em conta a capacitação de 8 (oito) profissionais em técnica de construção em COB, aliada à possibilidade e relativa facilidade de trazer, de novo, a formadora para Cabo Verde, o projeto pode ser facilmente replicado em qualquer ponto do país, com impacto significativo na resolução do problema de habitação social e no desenvolvimento do turismo rural e ecológico.

Parcerias

- Citi Habitat;
- Câmara Municipal de São Domingos.

São Lourenço dos Órgãos: Centro de Capacitação e Formação Profissional (CCFPO)

O Centro de Capacitação e Formação Profissional (CCFPO) disponibiliza aos jovens de São Lourenço dos Órgãos, Santa Cruz, São Domingos, São Salvador do Mundo e Santa Catarina oportunidades de formação profissional em diversas áreas, principalmente turismo e agronegócio, que têm enorme potencial nestes municípios, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho e, por esta via, contribuir para o desenvolvimento local e combater as altas taxas de pobreza e desemprego que afetam a maioria dos concelhos beneficiados.

Boas Práticas do Projeto

- Contribui para o melhoramento da educação e do conhecimento da nossa História e da nossa Cultura;
- Promove o autoemprego e ajuda a diminuir o desemprego entre a camada jovem;
- Contribui para o crescimento e o desenvolvimento sustentável e económico;
- Promove a boa educação, ensinando a saber estar;
- Formações no formato Dual (Teórico/Prático), que permite aos formandos captar e desenvolver facilmente os conhecimentos teóricos no campo laboral.

Orçamento: 8.000.000 CVE

Duração: 2015 - Indefinida

Resultados

- Diminuiu o desemprego e a pobreza, principalmente no interior de Santiago;
- Promoveu o autoemprego e a criação de novos negócios, que são dirigidos por pessoas capacitadas e inovadoras;
- Melhorou e aprimorou as competências e a qualidade dos formandos;

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Dinamização das comunidades do interior da ilha de Santiago,
- Inovações nas instituições afetas ao CCFPO.

Replicabilidade

É possível criar filiais e parcerias com instituições públicas e privadas que podem contribuir, ativamente para o crescimento e o desenvolvimento de outras regiões do país, conforme as suas necessidades e as oportunidades que oferecem.

Parcerias

Ministério da Economia e Emprego; Direção Geral do Turismo e Transporte; Câmaras Municipais; Ministério da Educação; Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas; Embaixada dos Estados Unidos da América em Cabo Verde; Cooperação Luxemburguesa; IEFP; FPEF; Direção Geral do Ambiente; Hotel Praiamar; Pensão Benfica; Kebra Cabana; Hotel VIP Praia; NOSI; Charles Company; Tei Telecomunicações; INIDA; Universidade de Santiago; Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.



São Miguel: Modernizando a Administração Pública

Até há pouco tempo, os munícipes, empresários e emigrantes naturais do concelho de São Miguel tinham de ir ao Tarrafal ou à cidade da Praia, que ficam a 20km e 42 Km de distância, respetivamente, quando precisavam recorrer aos serviços das Finanças ou da Casa do Cidadão, e tinham obrigatoriamente de ir até as respetivas câmaras municipais para beneficiar dos seus serviços.

Doravante todos os serviços camarários, bem como os de outras instituições públicas, estão concentrados num único espaço, com resultados significativos em termos de eficiência, celeridade e satisfação dos utentes.

Boas Práticas do Projeto

- A possibilidade de solicitação de vários serviços num único local, com acompanhamento in loco do processamento dos documentos solicitados (croquis, certidão matricial e de nascimento, impostos, declaração de NIF, entre outros).
- Introdução de inovações tecnológicas, nomeadamente da fibra ótica.

Beneficiários

Toda a população de São Miguel

Orçamento 3.500.000\$00

Duração: Iniciou em março de 2017;
Indefinida.

Resultados

- Melhoria do ambiente de negócios;
- Eliminação da burocracia;
- Aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos utentes;
- Aproximação da Administração Municipal dos munícipes;
- Garantia de satisfação dos utentes;
- Melhoraria da imagem da edilidade junto de todos os stakeholders;
- Introdução da Fibra Ótica, que veio melhorar significativamente todos os serviços da autarquia.

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- Redução do tempo de espera dos cidadãos nos serviços públicos;
- Aumento da autoestima dos funcionários públicos;
- Melhoria da gestão do tempo das famílias;
- Facilitação dos trâmites legais.

Replicabilidade

O projeto pode ser replicado em todas as delegações municipais do município.

Parcerias

Casa do Cidadão; Direção Nacional das Receitas do Estado.



São Salvador do Mundo: FAMI PICOS

A Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar – FAMI Picos presta serviços de poupança voluntária e de crédito aos seus associados. Nasceu em 1997 a partir da fusão das três mutualidades de poupança e crédito localizadas no concelho de São Salvador do Mundo, e de duas outras, sediadas no município de Santa Catarina, no ano 2000.

Através de uma metodologia individual, a FAMI Picos concede crédito principalmente para consumo, remodelação de habitação e microcrédito produtivo. Até Dezembro de 2016, a FAMI-PICOS tinha uma carteira de crédito em curso no montante de 56.693.342\$00, que incluía 682 clientes ativos, sendo a média de crédito por cada cliente de 83.128\$00.

Boas Práticas do Projeto

- O princípio de gestão democrática, expresso no controlo coletivo e na aplicação do princípio de um associado/um voto;
- A solidariedade e a ajuda-mútua entre os membros;
- O compromisso de contribuir para o desenvolvimento e a integração social e económica dos membros e das suas comunidades;
- A promoção da educação económica, social, cultural e associativista dos seus membros;
- Divulgação dos princípios do associativismo mutualista e das boas práticas de gestão, contribuindo para a inserção social e económica das comunidades visadas.
- Acolhimento de estagiários de formação superior e de técnicos profissionais, bem como de estudantes internacionais em fase de recolha de dados para suas teses de mestrado e doutoramento.

Parceiro na gestão do Projeto de Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos, a FAMI Picos ainda participa na gestão do Projeto de Áreas Protegidas de Serra Malagueta, no âmbito do microcrédito

Orçamento: 60.000.000 CVE

Duração: 1997, Indefinida

Resultados

- Aumento do número de funcionários de 4, no início, para 11, atualmente;
- Aumento do número de membros de 265 para cerca de 2000 ativos;
- Aumento dos tipos de serviços prestados de 2 (poupança e crédito) para 3 (transferência de dinheiro);
- Aumento de novos microempresários;
- Aumento da credibilidade da ONG tanto a nível interno como externo;
- Criação da CRP-STC para a luta contra a pobreza no meio rural;
- Criação da Mutualidade de Saúde e Proteção Social;

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- Melhoria do Controlo Interno e do Sistema de Informação e Gestão;
- Melhoria das condições de vida e do poder de compra dos associados a nível financeiro, cultural, social e profissional, o que contribuiu para a redução da pobreza no meio rural e o aumento da riqueza local;
- Criação de autoemprego;

Replicabilidade

Trata-se de um serviço financeiro micro e de proximidade, que promove a riqueza local, e que pode ser expandido a toda a ilha de Santiago.

Parcerias

Governo Central e Local, USAF, UCP/PNLP, Cooperação Luxemburguesa, Projeto Áreas Protegidas, Projeto de Bacia Hidrográfica de Picos e Engenhos.



Tarrafal: DELTA Cultura

Tarrafal é, desde sempre, um dos municípios que mais produz atletas em várias modalidades, sem que estes tenham, alguma vez, tido acesso à formação desportiva. Nas comunidades de Ponta Gato e de Covão Sanches, a Delta Cultura gere um Centro de Educação que usa o futebol para promover a melhoria da condição social de 350 crianças, oriundas de famílias desfavorecidas.

Orçamento 1.000.000 CVE

Duração: 2005 – Indefinida.

Boas Práticas do Projeto

- Emprega a 15 pessoas da localidade;
- Recebe donativos num valor superior a 100.000€ originários de outros países, que são aplicados na comunidade local;
- Ajuda 250 famílias através de apoio escolar gratuito para as crianças.
- Gere o único jardim-de-infância gratuito do concelho;
- Recebe aproximadamente 40 voluntários de todo o mundo por ano.
- Promove a cultura através de um grupo de batuco, cujo currículo inclui atuações a nível nacional e internacional.

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- Sensibilização para a necessidade de mudanças a nível social;
- Preparação das crianças para a vida futura;
- Aumento da consciência dos pais sobre a importância de acompanharem mais de perto o crescimento dos filhos;
- Valorização da pessoa humana na sociedade;

Resultados

- Níveis de educação mais elevados;
- Aumento do pensamento crítico;
- Melhora da saúde das crianças;
- Formação e integração de crianças e jovens;
- Diminuição do desemprego;
- Visibilidade da comunidade através da participação de voluntários internacionais;
- Melhoria do acesso à formação e informação através dos donativos;
- Aumento da igualdade de género.

Replicabilidade

A área social oferece muitas possibilidades de intervenção, logo o trabalho feito pela Delta Cultura pode ser reproduzido em outros contextos, podendo os replicadores contar com o apoio da ONG, que está disposta a partilhar as suas experiências.

Parcerias

Streetfootballworld, FIFA-Football for Hope, Câmara Municipal do Tarrafal, Ministério da Integração Social



SÃO NICOLAU

São Nicolau, com uma população de 12 mil habitantes, dispõe de um aeródromo, na localidade de Preguiça, concelho da Ribeira Brava, através do qual a ilha faz a ligação com todo o arquipélago.

Sem dúvida, São Nicolau é uma das mais belas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, possuindo muito potencial de desenvolvimento nos domínios agropecuário e turístico, sobretudo turismo de montanha voltado para a exploração de trilhas e a prática de caminhadas e desportos como trekking, escalada, montanhismo e rapel.



Ribeira Brava: CRP (Comissão Regional de Parceiros)

A escassez de recursos naturais, a insularidade e os custos associados, a irregularidade das chuvas, impôs às ilhas cabo-verdianas, sobretudo após a atribuição do estatuto de País de Desenvolvimento Médio (PDM), a necessidade de encontrarem

alternativas para sustentar as economias locais.

A ilha de São Nicolau, que durante anos esteve isolada e à margem do desenvolvimento nacional, manteve-se autêntica durante esse tempo, conservando hábitos, costumes, saberes e o seu património cultural, material e imaterial. Cientes de que há um nicho crescente de turistas que aprecia História e Cultura, a CRP (Comissão Regional de Parceiros) de São Nicolau criou uma rede através

da qual divulga a riqueza cultural e natural de que a ilha é detentora, que, uma vez qualificada, resultará em produtos turísticos de excelência nos domínios das indústrias criativas, religioso, náutico, de lazer e repouso, de investigação e de eventos, etc.

Esta rede inclui uma plataforma web (www.sodadesaonicolau.net), que também está na maior rede social do mundo (www.facebook.com/SodadeSaoNicolau).

Boas Práticas do projeto

- Inventário exaustivo de todo o património cultural da ilha (material e imaterial) com o envolvimento das populações;
- Investigação aprofundada e produção de informação, visando a construção de narrativas sobre cada um dos bens identificados;
- Criação de uma base de dados;
- Divulgação local e promoção do conhecimento sobre os bens;
- Criação de uma plataforma WEB, para divulgação e marketing;
- Formação de agentes turísticos locais (empreendedorismo, cozinha e restauração, guias de turistas);
- Abertura de centros de informação turística;

Beneficiários

- Comunidades locais;
- Jovens recém-licenciados;
- Artistas locais;
- Câmaras municipais;
- 9 jovens, que criaram microempresas de turismo, possuindo alguns formação profissional e licenciatura nesta área;
- Capacitação nas áreas de:
 - Teatro (10 pessoas)
 - Dança (10)
 - Música (10)
 - Património museológico de desenvolvimento (15)
 - Cozinha básica (12)
 - Gestão de património e cultura (13 pessoas)
 - Agentes culturais (12 pessoas)

Orçamento 2.541.789,59 CVE

Duração: O projeto iniciou-se a 24 de Abril de 2014 e terminou a 22 de Maio de 2016.

Resultados

- Inventário dos bens culturais da ilha e criação de uma base de dados;
- Formação em empreendedorismo;
- Formação em culinária;
- Formação em história e cultura da ilha;
- Formação de guias turísticos;
- Criação de uma plataforma web de divulgação da ilha;
- Criação de microempresas ligadas ao turismo;
- Introdução de medidas de salvaguarda e divulgação dos bens inventariados:
 - Museu da Pesca;
 - Ruínas de estações baleeiras;
 - Caminhos vicinais;
 - Antigo seminário-liceu;
 - Carnaval;
 - Sinalética;

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Aumento e diversificação da oferta turística;
- Manifesto e crescente interesse pela ilha como destino turístico;
- Progressivo interesse pela ilha como destino de investimento em turismo de alto valor acrescentado;
- Guias turísticos capacitados;
- Jovens formados em empreendedorismo;



Replicabilidade

É possível replicar esta rede em qualquer contexto, desde que sejam observados pequenos ajustes.

Parcerias

- CRP (Comissão Regional de Parceiros Locais);
- União Europeia;
- Câmara Municipal do Tarrafal;
- Câmara Municipal da Ribeira Brava



SANTO ANTÃO

Santo Antão oferece um potencial de trabalho elevado graças ao dinamismo das instituições locais e ao interesse dos parceiros da Cooperação Internacional em trabalhar nesta ilha. De fato, trata-se de uma região prioritária para o desenvolvimento do turismo proveniente de França, e também devido ao forte potencial de desenvolvimento da agricultura e da pesca.



Este potencial pode, contudo, transformar-se em fraqueza se todas as ações setoriais sobre o território não forem coordenadas. Para harmonizar e coordenar melhor estas ações, o Gabinete Técnico Inter-Municipal e a Associação dos Municípios de Santo Antão montaram um espaço onde os parceiros da cooperação descentralizada e internacional e os atores locais debatem e refletem sobre os projetos, transformando-se em protagonistas de uma boa prática intermunicipal.

O Gabinete Técnico intermunicipal funcionou durante 15 anos, tendo como uma das suas principais tarefas a realização dos planos de desenvolvimento da ilha de Santo Antão, os quais tiveram um grande impacto nos projetos estratégicos e na melhoria da qualidade de vida da população.

Neste momento, o GTI passa por um processo de reformulação estratégica, que visa adaptá-lo às novas necessidades técnicas, estando

já em marcha o desenho dos planos estratégicos locais. Posteriormente, será elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Santo Antão.

Em termos financeiros, a Associação dos Municípios de Santo Antão (AMSA) é suportada fundamentalmente com recursos advenientes das quotas anuais pagas por cada município membro, de taxas de utilização de bens e de serviços, de heranças, doações, legados e subvenções ou participações provenientes da Administração Central, da Cooperação Nacional ou Internacional e de empréstimos contraídos.

Quanto à caracterização do espaço territorial de intervenção, a AMSA cobre um território de 785km², englobando os municípios de Ribeira Grande de Santo Antão (168km²), Paúl (49km²) e Porto Novo (568km²), o que coloca desafios especiais em termos de planificação regional, ordenamento de território, gestão de recursos partilhados, entre outros.

Ao longo da sua existência, a AMSA deu um enorme contributo quer na elaboração de estudos e diagnósticos de carácter regional quer no planeamento do desenvolvimento da ilha de Santo Antão, e ainda na mobilização de recursos e na implementação de projetos regionais – através do seu “braço operacional”, o Gabinete Técnico Intermunicipal de Santo Antão (GTI-SA).

Destaca-se, entre as suas grandes realizações, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional de Santo Antão, tendo o primeiro (PDSA I) sido elaborado para o período 1994/1997, o segundo (PDSA II) para o quadriénio 1998/2001 e o terceiro (PDSA III), cobrindo o período 2011/2015. Neste quesito, Santo Antão destaca-se como a ilha onde o planeamento do desenvolvimento regional atingiu patamares mais elevados - muito por conta da existência da AMSA -, servindo de exemplo e inspiração para a criação de associações intermunicipais em outras ilhas do país que possuem mais do que um município.

Paúl: Gabinete de Igualdade e Equidade de Género

A busca de igualdade de direitos e oportunidades por intermédio de políticas municipais é mais do que simplesmente evidenciar a assimetria entre os géneros. Significa, sim, que cada situação específica exige ajustes cuja ação é positiva. Para que isto ocorra, é necessário que o desafio da transformação não seja encarado apenas como uma compensação do déficit de oportunidades para as mulheres ou para os homens, mas como uma transformação das relações entre mulheres e homens.

Através da criação do Gabinete de Igualdade e Equidade de Género, a Câmara Municipal do Paúl convocou a sociedade a avançar para a construção da equidade de género, fazendo desta o seu foco principal de actuação sem, no entanto, excluir a existência de necessidades próprias de mulheres e homens.

Boas Práticas do Projeto

Princípios de actuação:

- Redução das desigualdades entre os géneros para aprofundar a democracia e promover a justiça social;
- Planificação, execução e avaliação para se construir participativamente a equidade de género;
- Desconstrução de estereótipos sexistas e discriminatórios a fim de se desenvolver uma cultura de equidade de género;
- Concertação de esforços para integrar a perspectiva de género em todas as áreas de intervenção.

Orçamento 7.973.713,134 CVE

Duração: Indefinida

Resultados

- Criação de um gabinete de igualdade e equidade de género;
- Diminuição dos casos de Violência Baseada no Género no município;
- Assistência psicológica e jurídica às vítimas;
- Prestação de serviços comunitários;

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Aumento das oportunidades para corrigir as desigualdades de género no acesso aos serviços públicos (educação, formação, saúde, justiça e protecção social);
- Promoção da mudança das representações sociais discriminatórias que têm como base o sexo para propiciar o estabelecimento de relações pessoais, familiares e públicas baseadas no respeito mútuo e no princípio universal de igualdade entre mulheres e homens;
- Introdução da perspectiva de género em todas as áreas de atuação do poder municipal, nas instituições públicas sediadas no município, assim como nas associações de desenvolvimento comunitário.



Replicabilidade

Este projeto-piloto foi depois replicado em outros municípios.

Parcerias

Câmara Municipal do Paúl, Delegacia da Saúde, ICIEG, Fundo Galego, Governo de Cabo Verde.



Porto Novo Monte Trigo

Monte Trigo é uma comunidade piscatória que fica 60 km a sul da cidade do Porto Novo, com cerca de 400 habitantes. Pela sua localização, o grau de isolamento é elevado, o que cria um grande constrangimento, que limita as probabilidades de melhoria da qualidade de vida.

A partir do ano 2000, após a Câmara Municipal instalar uma pequena central equipada com grupos de electrogéneos que funcionam com combustível fóssil (gasóleo), Monte Trigo passou a contar com energia eléctrica, o que permitiu à população, que tem na pesca a sua principal fonte de renda, conservar o pescado.

A Câmara Municipal do Porto Novo aproveitou ainda uma linha de

financiamento da União Europeia, através de um instrumento denominado “Energy Facility”, para instalar uma central fotovoltaica que produz energia 100% renovável, com potência de 39.3 Kwp e autonomia de bateria para dois dias, e criar uma rede de distribuição de energia de 5km que, entre outros benefícios, levou a iluminação pública (22 luminárias) a Tarrafal de Monte Trigo.

Boas Práticas do Projeto

- De acordo com a categoria tarifária de cada habitante, é-lhe disponibilizado uma quantidade de energia diária;
- As oscilações de carga são acentuadas e previsíveis;
- Há racionalização da energia disponibilizada. Os sinais de excedente e a restrição de energia são recebidos através de uma linha de comunicação, que permite conhecer o valor do consumo a cada instante;
- As lâmpadas incandescentes foram substituídas por lâmpadas de baixo consumo;
- Foi instalada uma unidade de produção de gelo (Casa do Gelo), que funciona à base dos excedentes de energia da central, pois, com uma capacidade de produção de 500 kg/dia, a unidade trabalha em média apenas 7 a 9 horas/dia.

Orçamento 163.000.000 ECV

Duração: três anos

Resultados

- Maior segurança alimentar;
- Melhor programação e previsibilidade da atividade das pescas;
- Melhoria do acesso aos serviços de telecomunicações;
- Maior variedade de atividades educacionais, lúdicas e de ócio;
- Mais oportunidades de negócio relacionadas com o turismo rural e trekking;
- Diminuição do nível de stress nas mulheres devido ao trabalho doméstico;
- Redução da importação dos combustíveis fósseis, que habitualmente chegam à localidade em condições difíceis e encarecedoras;
- Redução do nível de gases nocivos à atmosfera;
- Redução do ruído provocado pelos grupos electrogéneos que, actualmente, funcionam 4 a 5 horas por dia.

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

- Melhoria das condições de vida e redução da pobreza (Objectivo 1/ 3/ 4 – ODS);
- Aumento da segurança alimentar (Objectivo 2 – ODS);
- Acesso à energia limpa 24/24h, de forma segura, continuada e eficiente, o que estimula a adoção de padrões de consumo responsáveis (objectivo 7/ 12- ODS);
- Redução das disparidades regionais (Objectivo 10 –ODS);
- Aumento da penetração das energias renováveis como medida contra o fenómeno das mudanças climáticas (Objectivo 13 –ODS);
- Parceria público-privada e comunitária consolidada em prol do Desenvolvimento (Objectivo 17 ODS).

Replicabilidade

É possível replicar este projeto em todas as ilhas de Cabo Verde, municípios ou países onde existem localidades isoladas e com condições naturais para produzir energias renováveis.

Parcerias

APP – Águas de Ponta Preta;
TramaTecnoAmbiental; TransEnergie;
Erhtec; IDMEC.



Ribeira Grande: Eletrificação de Figueiras

O concelho de Ribeira Grande possui 252 localidades, 98% das quais dispõem de luz eléctrica. Mas existem duas localidades, as mais isoladas do concelho e totalmente encravadas, sem acesso por estrada, e sem perspectiva de ligação à rede pública de electricidade: Figueiras, que tem cerca de 800 habitantes divididos em cerca

de 140 famílias, e Ribeira Alta, cujos 400 habitantes estão distribuídos por cerca de 60 famílias.

Com o objetivo de reduzir os custos de operação e manutenção das mini-redes de energia eléctrica, assim como a emissão de gases de efeito de estufa (GEE), a Câmara Municipal de Ribeira Grande procedeu à hibridização das respetivas mini-redes que operam nas duas localidades, associando painéis fotovoltaicos aos sistemas existentes.

Esses painéis fotovoltaicos, a que estão agregados baterias de acumulação de energia, além de permitirem a adoção

de um novo sistema de gestão, abriram espaço para a introdução de medidas de eficiência energética nas respectivas mini-redes.

Em todas as casas foram instalados contadores pré-pagos, o que significa que as famílias só consomem aquilo que já pagaram, uma medida que contribuiu para a reeducação económica do consumo energético. Ademais, procedeu-se à substituição das lâmpadas, optando-se por modelos que trazem acoplados pequenos painéis solares, que ajudam a poupar ainda mais energia.

Boas Práticas do Projeto

- Envolvimento das comunidades no processo de promoção da eficiência energética;
- Remodelação da rede eléctrica existente nessas duas comunidades;
- Sensibilização da população sobre as questões ambientais.

Orçamento 42.000.000

Duração: Abril de 2015 – Junho de 2016

Resultados

- Aumento das atividades económicas locais;
- Aumento do número de pequenas lojas;
- Nascimento do primeiro projeto turístico da região;
- Aumento da segurança na localidade à noite;
- Diminuição dos custos de vida da população local;
- Aumento do índice de felicidade e de satisfação da população local, visto que a chegada da energia possibilitou o acesso, ainda que limitado, às redes móveis de telecomunicações.



Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Redução da vulnerabilidade socio-económica das comunidades rurais de Figueiras e Ribeira Alta.

Replicabilidade

Este projeto poderá ser implementado em todas as localidades que ainda não dispõem de eletricidade 24 horas/dia ou de uma rede pública de eletricidade, como é o caso das localidades de Lagoa e Corvo, também no concelho de Ribeira Grande.

Parcerias

CEDEAO – ECREEE, Unidos, Direção Geral da Energia, Fundo Mundial para o Ambiente – GEF – SCP e a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santo Antão.

SAL

Cabo Verde possui uma história natural distintiva, estando ainda por descobrir muita da biodiversidade e da riqueza natural do país. Além de possuir valor estético, espiritual, cultural, educacional e de lazer, esse património natural das ilhas encerra também benefícios económicos.

A ilha do Sal é alvo de muitos e variados investimentos e projetos de exploração com fins turísticos e de expansão económica, os quais possuem um enorme potencial, ainda por explorar, para gerar, de forma direta e indireta, bens e riquezas para Cabo Verde.



Projeto Biodiversidade | **Tipo de entidade** : ONG | **Âmbito** : Meio Ambiente e Educação

Perante este conjunto de circunstâncias e a fragilidade do meio natural, a conciliação entre o progresso e a conservação do meio ambiente torna-se uma oportunidade, mas, sobretudo, uma necessidade.

A visão e a missão do Projeto Biodiversidade é estabelecer um sistema de gestão sustentável dos recursos naturais da ilha, que incentiva as economias emergentes a fazer uma exploração equilibrada dos valiosos ecossistemas do Sal, e ensina à população como se tornar simultaneamente uma comunidade com consciência ambiental e economicamente forte.

Boas Práticas do Projeto

De forma transversal nos vários programas implementados pelo Projeto Biodiversidade:

- Criação de parcerias relevantes que apoiam a conservação dos recursos naturais do Sal;
- Promoção de sinergias entre as autoridades locais e o setor privado no domínio ambiental
- Promoção do voluntariado;
- Ações de divulgação e sensibilização de práticas sustentáveis;
- Capacitação de guias turísticos para liderarem excursões de natureza sustentáveis.

Beneficiários

- O meio ambiente;
- A população local, através da criação de postos de emprego nas áreas de conservação do ambiente e educação ambiental (escolas e associações);
- O setor do turismo, que, vendo os recursos naturais da ilha valorizados, pode explorá-los através da organização de excursões de observação da natureza.

Orçamento 1.500.000 CVE

Duração: anual

Resultados

- Cerca de 5 mil crianças, jovens e educadores receberam educação ambiental
- Mais de 30 parcerias locais;
- Implementação de 5 projetos de práticas sustentáveis no Sal;
- Produção de materiais de divulgação.

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local)

- Criação de empregos, treinamento e capacitação em conservação ambiental;
- Criação de condições para o desenvolvimento de atividades de turismo de natureza;
- Sensibilização do Governo local e dos principais stakeholders no sentido de resolverem os problemas ambientais.

Parceiros

US Fish and Wildlife Service, Oceans Foundation, ISSF, MAVA Foundation, Direção Nacional do Ambiente, 2º Regimento Forças Armadas, Áreas Protegidas do Sal, Polícia Nacional;

Câmara Municipal do Sal, Agência Marítimo-Portuária, ICCA, Ministério de Educação, APP, Riu;

Fundação Tartaruga, Fundação Maio Biodiversidade, Natura 2000, BiosCV, Ponta d’Pom, INDP;

Associação Ambiental Caretta Caretta, Projeto Vitó, Associação Biflores, Mitu & Djo Kite School;

Oásis Atlântico, Odjo d’Água, Meliã, Hotel Morabeza, Guiantur, Travel Foundation, Queens Mary University, UniCV, Universitat de Barcelona, Projeto Nós Kaza, Centro Juvenil Chã de Matias, Castelos do Sal, Associação Terra Boa (I e II), Fundación Inceptum, Explore CV, No limits, Tui, On-travel, Solutions.

Replicabilidade

Estas boas práticas podem ser replicadas por qualquer outro projeto ambiental com caráter colaborativo que existe em Cabo Verde.





SÃO VICENTE

São Vicente é a segunda ilha mais povoada de Cabo Verde. A sua capital é Mindelo, a cidade histórica mais cosmopolita do país. Pertencente ao grupo de ilhas de Barlavento e irmanada com a ilha de Santo Antão devido à curta distância que as separa, um pequeno canal, São Vicente engloba 7 localidades, que, junto com a outra ilha vizinha mas desabitada (Santa Luzia), formam um único concelho.



São Vicente tem grande potencial de desenvolvimento principalmente nos setores turístico, ambiental e agropecuário. Contando com o Aeroporto Internacional “Cesária Évora” e com o maior porto do país, a ilha recebe visitantes do mundo inteiro, que chegam à procura das suas praias e dos seus atrativos culturais.

Recentemente, Mindelo acolheu o Fórum “Visão do Desenvolvimento Agrário para São Vicente – Desafios e Perspetivas”, uma iniciativa do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), em parceria com a edilidade local, que contou com a participação tanto do setor público como dos privados e organizações da sociedade civil, agricultores e técnicos, que dialogaram sobre a situação, os desafios e as linhas estratégicas do desenvolvimento do setor.

A participação de São Vicente nas boas práticas é excepcional, com um total de dez exemplos provenientes de diversos setores de desenvolvimento local e com grande impacto no Desenvolvimento Humano. Geridas

tanto pela Câmara Municipal como por organizações da sociedade civil, estes projetos incluem serviços sociais para doentes mentais, crianças em situação de vulnerabilidade, famílias com escassos recursos, assim como iniciativas de requalificação urbana e habitação social, serviços básicos de acesso à água e rede de esgoto e ainda de preservação da natureza e do meio ambiente. Perante a impossibilidade de apresentar todas as práticas, selecionou-se dois casos de estudo.



Projeto “Cidadania Ativa”, Atelier Mar

Tipo de entidade: ONG

Âmbito: Desenvolvimento sócio-comunitário em São Vicente – PROMOÇÃO

Contexto

São Pedro é uma comunidade piscatória onde, desde 2002, são implementadas atividades de desenvolvimento sócio-comunitário. Ali já foram realizadas várias ações de formação em segurança na pesca, aproveitamento dos recursos pesqueiros, proteção ambiental, empoderamento das mulheres, acesso à educação e à habitação, associativismo, empreendedorismo, entre outros. Na mesma localidade, o Atelier Mar promove o programa Família Cidadã, que é destinado a toda a comunidade, inclusive crianças.

Boas Práticas do Projeto

“Família Cidadã” cria motivação e gosto pelo exercício consciente da cidadania, mobilizando a comunidade para entender o conceito e aderir a práticas cidadãs com recurso a diversos instrumentos, como palestras, jogos, assembleias comunitárias, seminários e encontros, assim como material gráfico apropriado, entre os quais cartazes.

Através do cartão “Família Cidadã”, onde registam os “actos” de cidadania praticados, as famílias interiorizam esses comportamentos e passam a praticá-los. O estímulo inicial foi produzido através de um concurso.

Orçamento 1102,650 ECV

Duração: dois anos

Resultados

- Uma população mais consciente do exercício da cidadania;
- Associação comunitária activa;
- Mudança de comportamento verificado a nível do civismo, saneamento, solidariedade e participação comunitária;
- Escola com maior protagonismo.

Impacto no DHL

(Desenvolvimento Humano e Local):

- Melhores resultados escolares;
- Maior coesão social;
- Maior autonomia da comunidade local;
- Maior responsabilidade individual e solidariedade.

Replicabilidade

Este projeto pode ser replicado em qualquer comunidade. Exige entretanto, um diagnóstico prévio e a montagem de um programa de ação com eventos periódicos destinados a toda a população, além do envolvimento de todos os atores sociais locais.

Parcerias

Cooperação Portuguesa e Governo de Cabo Verde



Rede de Produtores Locais

Tipo de entidade: ONG

CERAI - Centros de Estudos Rurais e Agricultura Internacional

FICASE - Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar

Âmbito: A Rede de Produtores (a) s locais que abastecem o programa de alimentação escolar do Ministério de Educação na ilha de São Vicente.

Contexto

A intervenção é incorporada na estratégia iniciada pelo CERAI, desde 2009, em Cabo Verde, especificamente na ilha de São Vicente, procurando dar continuidade a projetos anteriores, nomeadamente o de fortalecimento da produção sustentável e da estrutura

associativa agrícola e de gestão participativa e sustentável de hortos escolares.

A ação desenvolve-se na ilha de São Vicente, tendo como grupo-alvo as escolas de Ensino Básico Integrado (EBI) situadas em diferentes bairros da periferia da cidade do Mindelo e em áreas de produção agrícola.

Boas Práticas do Projeto

A partir do ano 2016, no quadro da nova Lei de Alimentação e Saúde Escolar, aprovada em 2015 pelo Parlamento cabo-verdiano, pelo menos 25% dos produtos alimentares destinados às cantinas escolares, que são geridas pela Fundação FICASE, teria que ser comprado aos produtores nacionais, com prioridade para os pequenos produtores locais organizados em associações ou empresas.

O abastecimento das cantinas escolares através da compra de produtos hortícolas locais gera novas oportunidades de mercado para os pequenos produtores familiares, possibilitando simultaneamente a melhoria das suas condições de vida e as das suas famílias.

Por outro lado, a introdução de produtos hortícolas locais de qualidade no menu escolar promove a segurança alimentar dos alunos, além de concretizar o direito universal e constitucional de cada cidadão de ter uma alimentação e nutrição adequadas, bem como a **educação nutricional** dos alunos e suas famílias. Além disso, manter e melhorar o serviço de refeições escolares nas escolas primárias representa um apoio social muito importante para as famílias mais pobres e carenciadas.

Orçamento

1. Projeto “Rede de Abastecimento Local de Cantinas Escolares para contribuir para a alimentação, educação e desenvolvimento socioeconómico da ilha de São Vicente” (AECID 2013-2015)

Orçamento total da intervenção	Financiamento da Cooperação Espanhola (AECID)	Cofinanciamento do Promotor e dos Parceiros
37901,278 CVE	34454,394 CVE (91%)	3446,884 CVE (8%)

2. Projeto “Produção Agro-ecológica e Comercialização Participativa e Sustentável para fortalecer a capacidade de resiliência e a segurança alimentar nas comunidades de Ribeira da Cruz, Martiene e Chã de Norte, Ilha de S. Antão” (SGP GEF – UNDP 2016 – 2017)

Orçamento total da intervenção	Financiamento do SGP-GEF	Cofinanciamento do Promotor e dos Parceiros
7752,401 CVE	4255,567 CVE (55%)	3496,834 CVE (45%)

3. Projeto “Do campo à Escola: Produção Agrícola Local para contribuir para a Segurança Alimentar nas Escolas de São Vicente” (Ministério de Educação – Cooperação Luxemburguesa, 2017 -2018)

Orçamento total da intervenção	Financiamento da Cooperação Luxemburguesa	Cofinanciamento do Promotor e dos Parceiros
3517,012 ECV	2265,505 ECV (64%)	1251,508 ECV (36%)

Duração:

1. Projeto 1: **30 meses.**
2. Projeto 2: **12 Meses.**
3. Projeto 3: **9 Meses.**

Resultados

- Os/as pequenos/as agricultores/as melhoraram a sua capacidade organizativa, a liderança local e a participação nos mercados e no desenvolvimento económico local através do fortalecimento do associativismo e cooperativismo;
- Os/as pequenos/as agricultores/as da Ilha melhoraram as suas capacidades técnicas de produção com enfoque agroecológico, de planificação, diversificação, gestão do pós-colheita e comercialização;
- Os/as pequenos/as agricultores/as acedem a um novo mercado institucional que garante novos rendimentos e a segurança alimentar dos/as alunos/as e das suas famílias.

Impacto no DHL (Desenvolvimento Humano e Local)

Os pequenos produtores da ilha de São Vicente e Santo Antão, através do projeto de comercialização participativa de produtos provenientes do concelho de Porto Novo, são protagonistas de um longo percurso, que nem sempre foi fácil mas que lhes permitiu alcançar um estado organizativo e profissional avançado e competir com outros atores económicos locais.

A sua organização sob a forma de cooperativa possibilita um nível crescente da sua participação e decisão nos momentos de gestão e de negociação com grandes clientes, momentos de que estavam excluídos antes, por motivos de representação ou de peso jurídico/económico, mas a eliminação de intermediários entre o produtor e o cliente final reforçou o peso dos produtores e permitiu-lhes obter rendimentos dignos.

Replicabilidade

As práticas e as metodologias aplicadas no quadro deste projeto foram disseminadas não só a nível nacional, como também internacional, através por exemplo, da publicação do Dossier de Boas Práticas Agroecológicas na Agricultura Familiar, elaborada pela Rede de Segurança Alimentar e Nutricional da Sociedade Civil da CPLP.

As boas práticas em organização social camponesa, planificação, produção e comercialização inspiraram a elaboração e a implementação do projeto nas comunidades de Ribeira da Cruz, Martiene e Chã de Norte, na ilha de Santo Antão.

Parcerias

Ministério da Educação, Ministério da Agricultura e Ambiente, Pró-Empresa.

Equipa Técnica

Coordenador Editorial Principal: Cristino López Pedraza

Coordenadora de Conteúdos: Sandra Arencón Beltrán

Colaboradoras: Katma del Mar Hernández, Cristina Fernandes e Damaris Lopes da Silva.

Comissão Nacional Organizadora do IV Fórum Mundial de Desenvolvimento Económico Local

Presidente: Francisca Inês dos Santos

Secretariado Executivo : Marco da Silva, Zilca Paiva, Augusto Veiga, Sandra Arencón Beltrán.

Equipas locais dos Municípios: Iva Espírito Santo Rosário (Boa Vista), Francisco Walter de Sousa (Brava), Lucas Alves (São Filipe), Francisco Vieira (Mosteiros), Francisco Andrade Gomes Alves (Santa Catarina), Sandra Santos (Maio), Carla Carvalhal (Sal), Emanuel de Jesus Tavares Andrade (São Domingos), Celisa Vanira Furtado Alves (São Miguel), Domingos Veiga (Ribeira Grande), David Soares (Tarfal), Ricardo Fidalgo (Santa Catarina), Maria Aleluia Andrade (Praia), Jamira Duarte (Santa Cruz), José Carlos Vieira (São Lourenço dos Órgãos), Gil Vaz (São Salvador do Mundo), Marlene Miranda (Ribeira Grande), Danivio Lima (Paúl), Valter Roberto Lima Silva (Porto Novo), Adildo Gomes (Tarfal de São Nicolau), Maria Jesus Silva Conceição (Ribeira Brava), Lídia Cristina Cruz Brito (São Vicente).

Revisão de texto: EME-Marketing & Eventos

Tradução: Babel/ Zubikilla Spencer

Design, maquetagem e edição: EME-Marketing & Eventos

Impressão: Tipografia Santos

Outubro 2017



Financiado por:



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG



